ARTIGOS

A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão

José Jobson de Andrade Arruda
Departamento de História — FFLCH/USP

Entre a crise da economia colonial, sustentada pela exportação aurífera e pela produção açucareira e a emergência da hegemonia cafeeira, o Brasil experimentou uma extraordinária diversificação das suas exportações, oferecendo uma grande variedade de produtos aos países europeus em fase de crescimento acelerado e arranque industrial. A diversificação das exportações coloniais, os excepcionais ganhos garantidos pelo monopólio, criaram uma fase de prosperidade efetiva no final do século XVIII e início do século XIX, que contrasta flagrantemente com as análises correntes sobre o período, especialmente, sobre a propalada prosperidade econômica do Maranhão em relação ao restante das regiões brasileiras.

A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E DAS EXPORTAÇÕES COLONIAIS

Na segunda metade do século XVIII cresceu o volume e a variedade dos produtos exportados pelo Brasil rumo aos portos portugueses e daí repassado as demais nações estrangeiras. Pelo rol das frotas de Pernambuco e do Rio de Janeiro (do ano de 1749) concluímos que eram em número de 35 os produtos exportados pelo Brasil. Entretanto, no ano de 1796, este número se elevava para 126, revelando uma ampliação excepcional da variedade de produtos que entraram na pauta de exportação no decurso deste meio século, refletindo a política agressiva nesse sentido

desenvolvida pelo Marquês de Pombal e não abandonada por seus sucessores. O resultado foi a diversificação da produção colonial, que rompe com o monopólio do açúcar e a preponderância do ouro antes da emergência do café, na terceira década do século XIX.

Contudo, apenas 13 produtos do conjunto dos 126 representavam 83,2% do valor global das exportações no período de 1796 a 1811. Por ordem de importância temos: açúcar branco, algodão, açúcar mascavado, couros secos, arroz, tabaco, cacau, café, vaquetas, aguardente, couros salgados, meios de sola e atanados, como se pode verificar no QUADRO 1.

O açúcar continua a ser o principal produto de exportação, pois se somarmos os valores correspondentes ao açúcar branco e mascavado (27,5% + 7,2%), chegamos a 34,7%, que representa mais de um terço do total. Considerando-se que o aguardente é um produto derivado da indústria açucareira, poderíamos acrescentar àquele total mais 1,3%, correspondentes, portanto, ao significado econômico para as exportações coloniais da indústria açucareira (36%). Trata-se de uma parcela ainda significativa, mas que está longe da antiga preponderância, atingida nos séculos XVI e XVII, quando o valor total das exportações coloniais praticamente se confundia com o valor da produção açucareira e seus derivados exportados.

Veja-se, por exemplo, o papel destacado do algodão, com 24,4% do total das exportações. Evidentemente, esta participação está longe de corresponder ao destaque comumente dado ao papel desempenhado pelo algodão neste período pela grande maioria dos historiadores que trataram da questão. Porém, na medida em que é um produto de aparecimento recente na pauta de exportação, sua contribuição é bastante significativa, evidenciando as conexões entre a produção desta fibra na Colônia e o contexto da Revolução Industrial que se desenvolvia na Europa.

Outro ponto de rápida expansão é o arroz, comprovando os resultados da política de estímulos à agricultura sugerida pelos ilustrados portugueses e levada à prática pelas autoridades governamentais. Sua importância (4%) chega mesmo a superar o tabaco com 3,8 por cento. O cacau também aparece com destaque no conjunto dos gêneros alimentícios (2,7%), revelando a expansão do consumo na Europa, o mesmo acontecendo com o café, que já aparece na pauta de exportação com 1,8% da mesma.

Alimentos e matérias-primas destacam-se neste grupo de 13 produtos. A categoria couros, utilizada de forma genérica e englobando os couros secos, vaquetas, meios de sola, couros salgados e atanados que, somados, representam 9,8% da exportação, superando mesmo o açúcar mascavado, considerado individualmente. Se 13 produtos correspondem a 82,5% da totalidade da exportação, os restantes 17,5% são cobertos pelos demais

Representação absoluta e percentual dos 13 principais produtos de exportação colonial (1796-1811)

Datas	PRODUTOS						
	Açúcar branco	Algodão	Açúcar mascavado	Couros secos	Arroz	Tabaco	Cacau
1796	4 344 332$963	2 201 150$160	986 384$350	325 840$320	248 619$924	572 712$000	333 995$599
1797	1 747 005$720	801 876$760	410 349$593	102 062$016	250 689$230	437 531$200	156 124$500
1798	4 684 490$538	1 583 730$112	925 105$003	178 647$530	349 691$580	531 748$800	209 091$276
1799	3 124 742$400	2 180 781$647	1 240 254$060	3 890$400	241 568$375	1 139 112$000	273 542$400
1800	2 174 812$200	3 342 010$712	668 745$036	807 116$895	368 323$904	339 347$200	381 081$660
1801	3 744 474$400	3 618 202$140	1 108 524$330	1 224 378$484	259 588$329	5 226$200	129 946$700
1802	2 560 053$000	3 158 685$914	496 151$831	247 933$560	389 721$852	498 673$000	167 877$000
1803	2 749 133$920	3 650 240$250	617 751$680	485 564$685	619 829$400	418 563$200	294 886$400
1804	4 266 820$800	3 263 442$000	872 035$400	675 262$983	660 628$350	416 387$250	189 131$250
1805	3 668 166$680	4 041 916$450	1 166 856$250	1 407 506$240	590 954$320	559 265$850	352 460$700
1806	3 820 572$940	3 532 110$000	1 156 360$860	1 834 699$360	624 714$400	387 790$400	517 860$000
1807	3 108 229$280	4 524 605$800	984 478$110	1 029 745$600	577 409$960	397 889$700	335 912$700
1808	184 647$744	57 389$119	44 251$515	7 804$800	32 392$500	54 045$000	49 395$000
1809	1 036 015$400	1 222 146$150	255 857$400	337 186$550	291 687$700	293 648$200	539 359$600
1810	869 151$504	544 478$280	152 206$265	526 567$680	361 771$650		191 183$400
1811	361 880$160	12 680$721	55 301$880	217 861$352	240 578$975	313 819$200	97 899$000
TOTAL	42 444 529$649	37 555 446$221	11 140 613$563	9 411 068$459	6 108 170$449	5 917 453$500	4 219 747$185
	27,5%	24,4%	7,2%	6,1%	4,0%	3,8%	2,7%

(continua)

(continuação da página anterior)

Representação absoluta e percentual dos 13 principais produtos de exportação colonial (1796-1811)

Datas	PRODUTOS						Valor total da exportação
	Café	Vaquetas	Aguardente	Couros salgados	Melos de sola	Atanados	
1796	124 162$245	141 624$963	18 682$000	124 622$096	99 232$510	110 874$516	11 474 863$931
1797	19 913$205	48 911$130	12 866$000	62 849$759	33 043$500	21 976$716	4 258 823$470
1798	259 841$923	93 894$000	41 251$000	68 995$408	92 179$100	66 598$848	10 816 561$028
1799	101 620$000	138 572$984	57 452$544	32 998$800	70 152$095	33 415$200	12 584 505$139
1800	204 876$000	149 047$760	70 354$500	91 933$500	75 313$810	54 772$736	12 528 091$556
1801	118 162$000	139 028$400	93 430$800	77 084$930	89 480$882	32 243$968	14 776 706$549
1802	78 545$088	218 177$400	117 372$240	96 119$580	82 884$220	66 816$000	10 353 244$931
1803	93 805$250	190 206$360	123 078$358	133 159$020	149 767$800	55 213$416	11 332 290$669
1804	162 035$940	249 582$220	65 048$600	127 905$250	79 780$800	50 193$124	11 199 922$858
1805	210 811$100	188 855$040	147 116$844	146 600$337	75 676$560	29 883$450	13 948 658$601
1806	316 732$660	131 290$200	57 856$950	188 769$856	41 284$080	45 281$760	14 153 761$891
1807	446 384$812	85 180$830	157 321$029	183 484$536	79 722$500	54 659$892	13 927 799$336
1808	20 238$325	2 394$750	5 972$800	10 490$337	6 720$000	1 225$520	546 930$970
1809	121 397$640	129 127$690	30 565$188	130 978$557	103 996$200	135 912$900	4 819 373$394
1810	129 607$478	10 508$310	259 335$190	40 224$772	75 458$880	19 109$388	3 683 385$085
1811	367 157$400	183 855$868	693 478$625	70 077$000	90 442$278	26 424$148	3 633 586$588
TOTAL	2 775 791$060	2 100 257$705	1 951 182$668	1 586 293$718	1 245 135$215	804 601$581	154 038 451$996
	1,8%	1,4%	1,3%	1,0%	0,8%	0,5%	82,5%

produtos, caracterizando-se assim a extrema diversificação das exportações coloniais e a quebra da hegemonia monocultora que marcara os séculos precedentes.

O segundo desdobramento importante, que se pode fazer a partir da constatação desta diversificação econômica é a demonstração de que 70 dos 126 produtos exportados pelo Brasil eram consumidos apenas em Portugal, não entrando no comércio de re-exportação. A natureza destes produtos, demonstra a íntima conexão entre a política de fomento agrícola e a política de desenvolvimento industrial em Portugal. De fato, o estímulo à produção agrícola variada no Brasil estava estreitamente relacionada à existência de indústrias em Portugal, sem a qual estes produtos não teriam mercado consumidor seguro. Evidentemente, os produtos exportados pelo Brasil não se destinavam apenas à transformação em Portugal. A parcela reexportada era extremamente importante para gerar os superavits da Balança comercial portuguesa, elevando-se a 56 o número destes produtos, que Portugal introduzia nas chamadas Nações Estrangeiras.

Efetivamente, o Brasil representava um mercado seguro para o produto de suas fábricas pois representava 78,4% de todas as exportações portuguesas para seu Império. Ao mesmo tempo, abastecia 83,7% de todas as importações portuguesas, que se metamorfoseavam em lucros pela reexportação ou adquiriam um novo valor pela sua transformação industrial.

O GANHO DE MONOPÓLIO PORTUGUÊS NO BRASIL

A lucratividade do comércio português na revenda ou reexportação de produtos brasileiros pode ser avaliada pelos dados que se seguem, correspondentes à lucratividade média atingida no período de 1796 a 1811, considerados para 25 dos principais produtos de exportação colonial.

Como produtos de lucratividade média, consideramos os produtos entre 40 e 70% de sobrepreço. Neste grupo encontramos alguns dos principais produtos da exportação colonial, tais como açúcar branco, algodão, açúcar mascavado e outros. Os índices precisos são:

Produto	Porcentagem
Ipecacuanha	39,45%
Açúcar branco	41,70%
Couros secos	43,27%
Cravo fino	52,63%
Aguardente	51,00%

Anil	53,80%
Vaquetas	54,74%
Sola	57,32%
Couros salgados	57,59%
Açúcar mascavado	57,82%
Couros atanados	58,71%
Algodão	64,58%
Salsaparrilha	69,22%

Produtos de alta lucratividade são aqueles cujo sobrepreço está entre 70 e 100 por cento. Neste conjunto, encontramos alguns produtos muito importantes, como o tabaco, cacau, arroz, café, goma e outros. Segue-se a tabela de sobrepreço de cada produto desta categoria.

Produto	Porcentagem
Cravo grosso	74,44%
Ourucu	75,47%
Café	84,68%
Tapioca	98,28%
Goma	98,32%
Cacau	99,70%
Arroz	101,29%
Tabaco	103,74%

Temos agora os produtos de lucratividade absolutamente excepcional. Ultrapassam a casa dos 100 por cento. É bem verdade que não são produtos muito expressivos no conjunto da exportação. Assim mesmo, são indicativos do nível que o sobrepreço poderia atingir no sistema de monopólio colonial.

Produto	Porcentagem
Óleo de copaíba	144,08%
Gengibre	216,07%
Pau-brasil	778,71%

O nosso critério de dividir em lucratividade baixa, média, alta e excepcional deve ser encarado no contexto do sistema colonial, e no período analisado. É evidente que, em termos atuais, não se poderia considerar a lucratividade, que está por volta de 50%, lucratividade média. É uma excelente lucratividade. O que não dizer então dos sobrepreços que estão acima de 70 e mesmo 100 por cento.

Vejamos agora o sobrepreço do produtos de importação. Neste caso, selecionamos os mesmos produtos que já foram analisados na unidade anterior. Reaparece aqui o mesmo problema já levantado na unidade an-

terior, o de não termos, para alguns produtos da produção interna de Portugal, os preços para comparação, o que impossibilitou o cálculo do sobrepreço.

Da variedade imensa de produtos importados pela Colônia, escolhemos os mais significativos em cada categoria geral da importação. Infelizmente, não conseguimos preços internos de Portugal para os produtos das fábricas do Reino, o que nos impediu de tratar alguns dos produtos desta categoria. A amostra que escolhemos, entretanto, é representativa.

Os produtos cujo sobrepreço estava abaixo de 30%, consideramo-lo de lucratividade baixa. Aí se encontram alguns dos principais produtos da importação colonial, tal como o azeite, a manteiga e o ferro.

Produto	Porcentagem
Cobre	12,3 %
Azeite	17,23%
Manteiga	20,22%
Ferro	24,18%

Na faixa dos produtos de sobrepreço médio, encontramos o aço, o bacalhau e as baetas.

Produto	Porcentagem
Aço	41,00%
Baeta	42,01%
Bacalhau	50,98%

Finalmente, o produto de alta lucratividade: bretanhas. Este era o tecido mais consumido na Colônia naquele período, dentre os produtos importados por Portugal das Nações Estrangeiras. A sua procedência era inglesa. O sobrepreço da bretanha era de 74,82% por cento.

Comparando o sobrepreço dos produtos de importação com o sobrepreço dos produtos de exportação colonial, chegamos à conclusão de que o lucro maior do comércio português era obtido na revenda dos produtos brasileiros no exterior, e não na venda de produtos europeus ou portugueses na Colônia. Assim mesmo, não podemos considerar desprezível o sobrelucro de 50% obtido em alguns dos principais produtos de importação colonial.

O COMÉRCIO MARANHENSE NO FIM DA ÉPOCA COLONIAL

O Maranhão ocupa a quarta posição dentre as regiões brasileiras no comércio de exportação e importação. As exportações maranhenses si-

tuam-se em 11,7% no período de 1796 a 1807, atrás de Pernambuco (22,7%), Bahia (26,4%) e Rio de Janeiro (34,2%) e apenas à frente do Pará (4,2%), Ceará e Santos com menos de 1% cada. A situação não é muito diferente no comércio de importação, pois o Maranhão recebe 8,7% enquanto Pernambuco (21,0%), Bahia (27,1%) e Rio de Janeiro (38,1%) têm uma participação muito mais significativa. Mais uma vez, situa-se apenas à frente do Pará (4,6%), do Ceará, Santos e Paraíba, que reunidos somam 0,5 por cento.

De uma forma geral o Maranhão apresenta superavits nas suas exportações para a metrópole. Somente no ano de 1799 sua balança comercial mostrou-se deficitária. De resto, na maior parte do período de 1796 a 1807, a distância entre a exportação e a importação tendia a aumentar, sobretudo no fim da época em questão, que se encerra com a abertura dos portos em 1808. Em 1807 os movimentos são absolutamente divergentes: radicalizando-se as exportações para mais e as importações para menos. As médias móveis demonstram a predominância do movimento de exportação sobre a importação, que tem um ritmo ascencional até 1798, mas praticamente desaparece em 1807.

Em termos absolutos, o comércio de exportação do Maranhão passou de 1.055 contos, em 1796, para 1.776 contos em 1807. É um crescimento significativo. No conjunto das regiões brasileiras não representa muito, quando o comparamos com o Rio de Janeiro, por exemplo. Entretanto, como as importações estavam muito por baixo das exportações, o saldo era significativo em benefício da Colônia. O superavit é constante. A ascensão desse superávits é notável a partir de 1799 e traça uma linha quase vertical, a partir de 1801.

O Maranhão, como as demais regiões brasileiras, assemelha-se à Ásia em termos de tendência dos déficits e superavits. Se bem que o ritmo ascencional dos superavits fosse o mesmo da Ásia, havia uma diferença substancial entre os dois no que tange ao valor absoluto dos superavits.

O comércio de importação do Maranhão está representado porcentualmente no *GRÁFICO 1* e *TABELA 1*. Neste gráfico, distinguimos perfeitamente dois momentos na economia maranhense. Um, que vai de 1796 a 1803 e outro, de 1803 em diante. No primeiro período, a importação de alimentos se mantém por volta de 20 por cento. A importação de lanifícios é insignificante. Maior importância tem a importação de lanifícios que, em 1800, é igual a 25 por cento. As produções das fábricas do Reino traçam, neste período, um verdadeiro arco, tendo, em 1800, chegado a representar 40,5 por cento. Os metais e os produtos da Ásia participavam com 10%, aproximadamente, cada um.

GRÁFICO 1
IMPORTAÇÕES MARANHENSES (1796-1811)

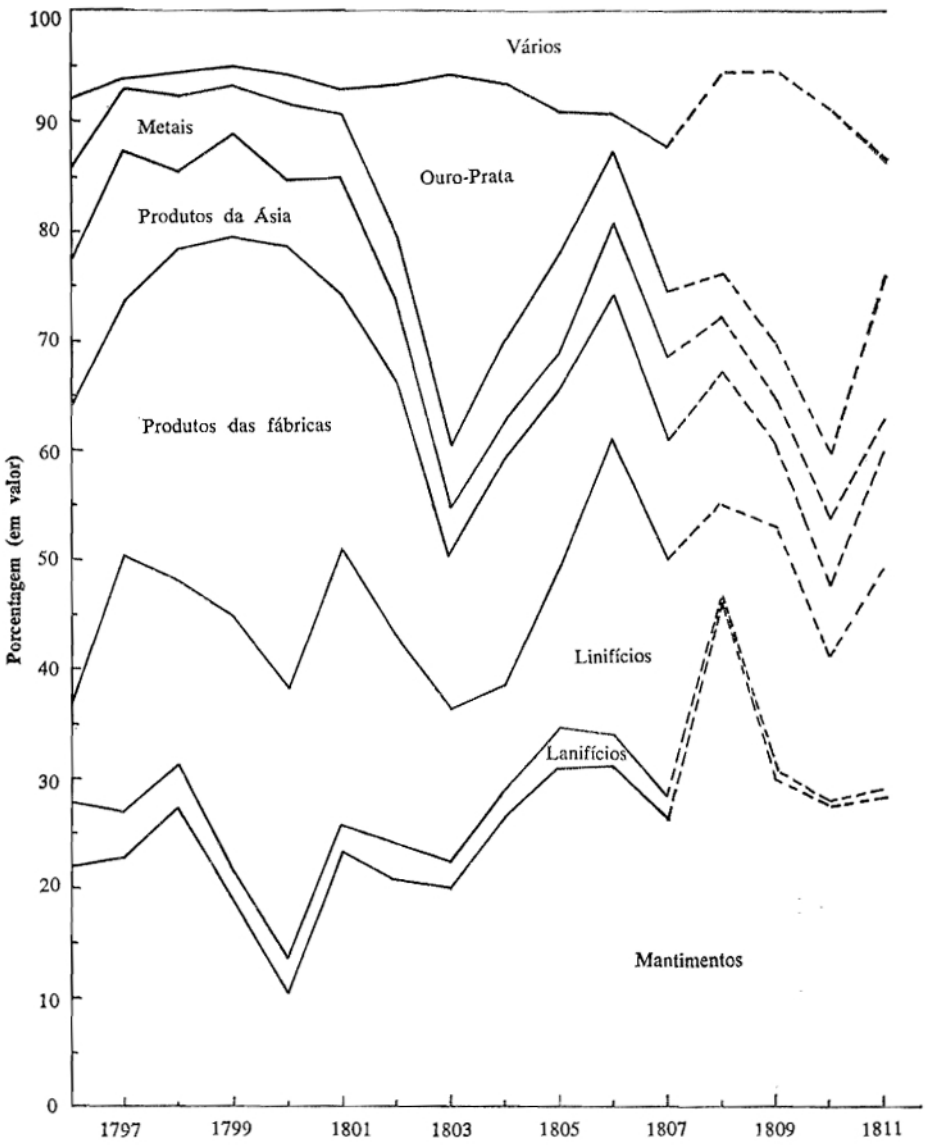

TABELA 1 — IMPORTAÇÕES MARANHENSES (1796-1811)

Datas	PRODUTOS									
	Mantimentos	Ouro-Prata	Lanifícios	Linifícios	Sedas	Produtos das fábricas	Produtos da Ásia	Metais	Drogas	Vários
1796	22,0	6,2	5,8	8,7	3,0	27,5	13,3	8,2	0,4	4,9
1797	23,0	0,9	3,9	23,2	2,1	23,5	13,7	5,8	0,5	3,4
1798	27,4	2,4	3,7	16,8	1,6	30,3	7,0	6,6	0,5	3,7
1799	18,8	1,8	2,5	23,5	1,3	34,9	9,2	4,3	0,4	3,3
1800	10,5	2,7	3,1	24,6	1,5	40,5	6,0	6,8	0,3	4,0
1801	23,4	2,2	2,2	25,0	2,3	23,5	10,7	5,4	0,7	4,6
1802	20,7	13,6	3,3	19,0	1,4	23,3	7,3	5,9	0,6	4,9
1803	20,0	33,4	2,3	14,0	1,5	14,1	4,2	5,9	0,4	4,0
1804	26,2	23,8	2,3	9,5	1,7	20,6	3,4	7,2	0,5	4,8
1805	30,9	13,0	3,7	14,5	3,1	16,3	3,2	8,9	0,6	5,6
1806	31,0	3,3	3,1	26,9	2,4	13,4	6,6	6,5	0,9	5,9
1807	26,1	13,1	2,1	26,8	1,2	10,8	7,6	6,1	1,3	4,9
1808	45,9	18,5	0,1	8,8	0,7	12,1	5,0	4,0	0,6	4,5
1809	29,8	25,0	0,3	22,4	1,0	7,6	4,0	4,9	0,4	4,6
1810	27,3	31,3	0,4	13,4	1,5	7,6	6,1	6,1	0,9	5,4
1811	28,1	10,6	0,7	20,3	2,2	10,5	2,8	13,2	1,2	10,1
Média percentual no período	23,6	12,1	2,8	19,0	1,8	22,1	6,9	6,4	0,6	4,7

A partir de 1801, começa a crescer a entrada de ouro e prata, remetida pela metrópole para o Maranhão em pagamento das mercadorias exportadas. Era o resultado do superavit da balança do Maranhão. Em 1803, esse mecanismo chegou ao seu ponto máximo, com a entrada de 33,6% em ouro e prata.

Em 1803, as importações de produtos da Ásia, metais, produtos das fábricas e lanifícios, estão completando um ciclo de retração. Os produtos das fábricas baixaram de 40,5%, em 1800, para 13,4%, em 1806, ampliando-se neste período a entrada de lanifícios. Isto demonstra que o contrabando não deveria ser muito intenso no Maranhão, pois a diminuição da entrada de manufaturas portuguesas foi contrabalançada pela entrada de manufaturas importadas por Portugal.

Devemos notar, neste movimento de importação do Maranhão, que a retração em 1808 é menos violenta do que nas outras regiões brasileiras. É uma prova maior de autonomia da economia maranhense.

No *GRÁFICO 2* e *TABELA 2* temos a representação porcentual das exportações maranhenses. O que aí vemos é extraordinariamente significativo. A economia do Maranhão poderia ser chamada "a economia do algodão". A participação deste produto na exportação variou entre 73% e 82%, quer dizer, era praticamente tudo. Os mantimentos mal chegavam a 20%, e o restante era por isso mesmo absolutamente insignificante. O ano de 1802 tornou-se para nós uma incógnita. Somente neste ano, o algodão reduz a sua participação de 80 para 16,9% por cento. Amplia-se neste mesmo ano a exportação de mantimentos de uma forma surpreendente, porque o montante absoluto da exportação se manteve mais ou menos constante. Isto quer dizer que os alimentos, que andavam à casa de 15% passaram de um ano para outro a 65 por cento.

A significativa exportação maranhense é o resultado do desenvolvimento da agricultura, principalmente do cultivo do algodão e arroz. Os valores relativos à exportação maranhense no período anterior demonstram que em 1774 a exportação da Companhia de Comércio do Maranhão atingiu a soma de 142.837$851; em 1775, de 150.481$483; em 1777, de 322.236$600 e finalmente, em 1778, foi de 295.815$602. Os valores atingidos no ano de 1777 são excepcionais por ser o ano de liquidação da Companhia (1). Para o período posterior a 1780, até 1788, temos os dados fornecidos por J. de Viveiros, na sua *História do Comércio do Maranhão* (2):

(1) — M. N. DIAS — *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão* (1755-1778). Pará, 1970, entre páginas 398 e 425.

(2) — J. de VIVEIROS — *História do comércio do Maranhão* — 1612-1895. São Luis, 1954, p. 102.

GRÁFICO 2
EXPORTAÇÕES MARANHENSES (1796-1811)

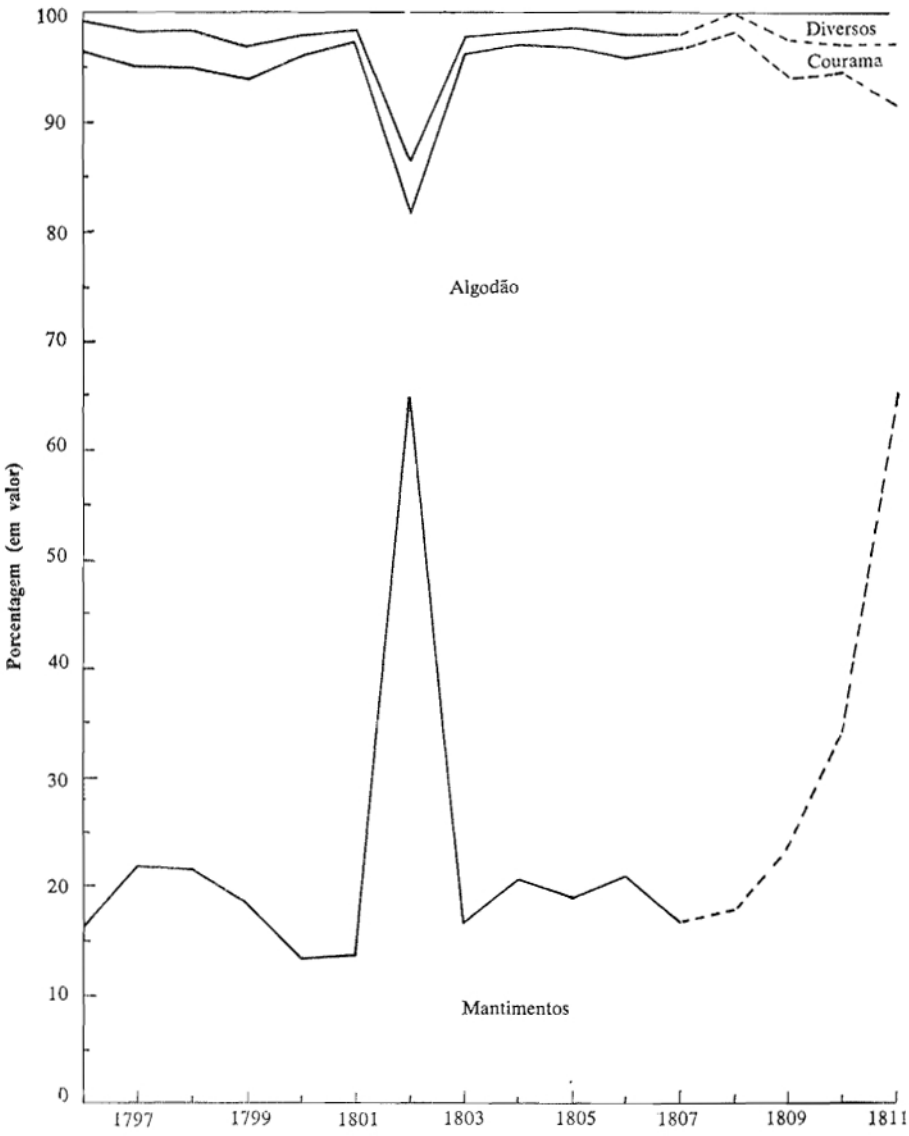

TABELA 2 — EXPORTAÇÕES MARANHENSES (1796-1811)

Datas	P R O D U T O S						
	Mantimentos	Ouro	Algodão	Courama	Drogas	Madeiras	Vários-Tabaco
1796	16,1	0,1	80,3	2,7	0,1	~ 0	0,7
1797	21,7	—	73,4	3,1	0,1	~ 0	1,7
1798	21,5	—	73,4	3,6	0,3	~ 0	1,2
1799	18,4	0,1	75,6	2,9	0,8	0,1	2,1
1800	13,2	0,1	82,7	2,0	0,3	~ 0	1,7
1801	13,6	—	83,8	1,3	0,1	0,2	1,0
1802	65,1	3,3	16,9	4,2	8,6	0,7	1,2
1803	16,5	0,1	79,7	1,7	0,5	~ 0	1,5
1804	20,2	0,2	76,8	1,3	0,1	0,1	1,3
1805	18,6	~ 0	78,3	1,8	~ 0	~ 0	1,3
1806	20,7	0,6	75,2	2,1	0,1	~ 0	1,3
1807	16,6	~ 0	80,2	1,5	0,3	~ 0	1,1
1808	17,7	—	80,5	1,8	—	—	—
1809	23,2	0,1	71,0	3,6	0,2	0,1	1,8
1810	34,0	—	60,6	2,7	0,1	0,1	2,5
1811	65,0	0,3	26,5	5,7	0,2	0,5	1,8
Média percentual no período	20,4	0,2	75,2	2,2	0,5	0,1	1,4

1780	.....	355.836$000
1781	.....	459.762$000
1782	.....	561.646$000
1783	.....	544.980$000
1784	.....	375.760$000
1785	.....	566.558$000
1786	.....	610.405$000
1787	.....	.....
1788	.....	686.746$000

Segundo os dados encontrados em Gaioso, *Compêndio Histórico-Político dos princípios da Lavoura do Maranhão* (3), os valores respectivos para o algodão e o arroz no período de 1805 a 1812, é o seguinte:

	Algodão de Pluma			Arroz sucado		
Anos	Sacas	Arrobas	Libra	Sacas	Arrobas	Libras
1805	31.089	168.693	21	44.703	235.243	20
1806	32.859	177.009	11	73.325	374.331	13
1807	38.979	206.449	28	60.638	321.595	
1808	11.314	58.873		15.815	83.673	
1809	76.484	402.244		68.790	374.72	
1810	52.460	285.863	16	47.962	254.073	
1811	54.761	298.582	7	49.154	257.912	
1812	50.570	217.471	25			

No Quadro 2, aparecem todos os produtos exportados pelo Maranhão, divididos por categorias, além da hierarquização dos principais produtos por ordem de importância.

O contador José Maurício Teixeira de Morais explicava o avanço das exportações maranhenses em função do rápido desenvolvimento da agricultura e antecipava o ritmo crescente que as exportações teriam sobre as importações da metrópole, nos anos seguintes:

> "Sempre seremos devedores a esta Praça pela Balança de Importação e Exportação de gêneros, que são o algodão e o arroz que nos importa, e que em consequencia do aumento da sua grande agricultura, ela virá a ser muito mais credora" (4).

Comparando o desempenho econômico do Maranhão com Pernambuco, o referido contador, observa seu caráter extravasador de moedas para

(3) — R. J. de S. GAIOSO — *Compêndio Histórico-Político dos princípios da Lavoura do Maranhão* (1818). Reprodução fotográfica do original. Rio de Janeiro, 1970, p. 220.

(4) — *Balança Geral do Commercio do Reyno de Portugal com os seus Dominios no anno de* 1802. Intituto Nacional de Estatistica, Lisboa, 1803, f. 1v.

Portugal, sem chegar, no entanto, a atingir as mesmas proporções do comércio pernambucano e o montante das moedas que a metrópole tinha que remeter para esta capitania a fim de cobrir seus déficits comerciais (5). O comércio com o Maranhão era visto positivamente, pois:

> "A agricultura do algodão e arroz nesta capitania tem florescido, e vemos pelo seu comercio-produtivo de Importação de que nos provém o surgimento da Marinha, pois montam a 42 os navios carregados de generos que exportou para as Praças de Lisboa e Porto no corrente anno. Direitos que dellas se recebem nas alfandegas, e grande commercio com as nações estrangeiras donde resultão tantas vantagens à este Reino" (6).

Certamente, o crescimento econômico maranhense é anterior ao registro oficial da balança de Comércio, no ano de 1796. Já demonstramos que o movimento de exportação duplicou no curto período de 8 anos (1780-1788). A tendência superavitária é evidente no ano de 1792, como se pode perceber nos dados extraídos de J. de Viveiros, páginas 102-103:

QUADRO II

Variedade de Produtos Exportados Pelo MARANHÃO (1796-1811)

I. Alimentos
1. Arroz
2. Café
3. Cravo Fino
4. Farinha
5. Farinha de Pão
6. Açúcar Branco
7. Mel
8. Cacau
9. Tapióca
10. Melaço
11. Gergelim
12. Cravo
13. Carimã
14. Cravo Grosso
15. Carne
16. Legumes

II. Courama
17. Atanados
18. Vaquetas
19. Salgados
20. Solas
21. Veado
22. Lobo Marinho
23. Cabra

III. Algodão
24. Algodão

IV. Drogas
25. Ipecacuanha
26. Gengibre
27. Salsa Parrilha
28. Salsa
29. Quina
30. Anil
31. Grude

V. Madeiras
32. Madeiras

VI. Vários Gêneros
33. Goma
34. Cêra Amarela

(5) — Idem, anno de 1803, f. Iv.
(6) — Idem, anno de 1804, Introdução.

35. Marfim
36. Cêra em Velas
37. Cêra
38. Cêra em Pau
39. Cabelos de Boi
40. Tabaco em Folha
41. Tabaco em Rolo
42. Cebo
43. Cobre

HIERARQUIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS PELO MARANHÃO (1796-1811)

1º ALGODÃO
2º ARROZ
3º CÊRA
4º VAQUETA
5º COUROS SECOS
6º COUROS SALGADOS
7º FARINHA
8º ATANADOS
9º GOMA
10º AGUARDENTE

Anos	Importação	Exportação	Superavit
1792	223.674$900	816.366$852	592.691$952
1793	168.542$230	819.706$080	651.163$850
1794	226.918$000	722.322$000	594.404$000
1795	220.690$000	1.352.723$000	1.132.033$000

A natureza destes superávits, entretanto, precisa ser levada na devida conta, pois:

> "As Balanças do Commercio com o Maranhão desde o anno de 1796, sempre mostrarão o saldo contra Portugal; porem elle não he realmente o verdadeiro pelo encontro que lhe deve fazer o avanço também annual com as praças da África, pois que a falta de conhecimento exacto das relações comerciais, entre huma e outras Praças faz, com que se não debite o Maranhão pelo valor da escravatura, que por ordem desta Praça, recebe das da África, e ao mesmo tempo se não creditem estas, do valor que recebo aquellas, de sorte que por esta razão, a nossa dívida ao Maranhão não he o que se supoem" (7).

O Maranhão não estava isolado em relação às demais regiões brasileiras. A freguesia de Pastos Bons era uma região muito ativa no Maranhão; possuia gado excelente, e o remetia para a Bahia, Pará e Rio de Janeiro (8). O gado demandava a região açucareira através do Piauí (9).

(7) — *Balança Geral do Commercio do Reino de Portugal com os seus Dominios no anno de* 1804. Instituto Nacional de Estatistica, Lisboa, Introdução.

(8) — "A freguesia de Pastos Bons é uma parte muito nervosa no Maranhão". Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí (Fins do século XVIII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* vol. LXII, 1ª parte, 1900, pp. 67-68; M. DIÉGUES JUNIOR — *Regiões culturais do Brasil*. Rio de Janeiro, 1960, pp. 149-150.

(9) — R. N. M. de SANTANA — *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. Teresina, 1964, p. 56.

Destas regiões, o Maranhão recebia também escravos, indispensáveis a sua lavoura (10).

A FALSA EUFORIA MARANHENSE DO FIM DA ÉPOCA COLONIAL?

As condições específicas da economia maranhense no fim da época colonial, o dinamismo de sua economia, o avanço significativo da produção algodoeira, chamou a atenção de numerosos estudiosos que passaram a conferir ao Maranhão uma situação ímpar, na constelação das regiões brasileiras no momento considerado. Tanto que, ao conjunto da economia brasileira outorga-se uma "falsa euforia", com exceção do Maranhão. Esta idéia está presente no texto clássico de Simonsen, ao referir-se à crise econômica nos fins do século XVIII (11). De todos, entretanto, o mais explícito e contundente em suas afirmações é Celso Furtado que cunhou a expressão "falsa euforia". Falando da economia colonial brasileira diz:

> "Dos três sistemas principais, o único que conheceu uma efetiva prosperidade no último quartel do século foi o Maranhão".

E mais,

> "as fases de progresso, como a que conheceu o Maranhão, haviam sido de efeitos locais, sem chegar a afetar o panorama geral".

Portanto, para o autor,

> "Excluído o número maranhense, todo o resto da economia colonial atravessou uma etapa de séria prostração nos últimos decênios do século...; o último quartel do século XVIII constitui uma nova etapa de dificuldades para a colônia" (12).

Não negamos o dinamismo da economia maranhense, porém, pensamos que o destaque excessivo que lhe é imputado, excede de muito seu real significado no conjunto da economia colonial. Por estas afirmações têm-se a impressão que o Maranhão era a primeira economia da colônia e mais que teria mesmo a possibilidade de constituir-se num polo irradiador, num centro dinâmico interno, por oposição ao restante da colônia que se encontraria em profunda prostração econômica.

---

(10) — Descrição do Estado do Brasil, suas Capitanias, Produção e Comércio (1769-1792), com Introdução de José Honório Rodrigues. *Revista de História da Economia Brasileira,* vol. I, nº 1, 1953, p. 93.

(11) — R. SIMONSEN — *História Econômica do Brasil* 1500-1820. São Paulo, 1969, p. 187.

(12) — Celso FURTADO — *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1913, p. 132.

Lembramos que o Maranhão ocupava o quarto lugar na pauta de exportação, antecedido pela Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Enquanto seu movimento comercial estava por volta de 3 mil contos, o do Rio de Janeiro se elevava a 12 mil contos e os da Bahia e Pernambuco a 6 mil contos, respectivamente. Se a ênfase conferida ao Maranhão resulta da taxa de crescimento daquela economia, certamente o crescimento do Rio de Janeiro não seria menor. O mesmo se podendo dizer de Pernambuco.

Para Celso Furtado, um conjunto de fatores específicos explicam a "falsa euforia" do fim da época colonial. Para ele,

> "um conjunto de fatores circunstanciais deu à colônia, no começo do século XIX, uma aparência de prosperidade, tanto maior quanto a transferência do governo metropolitano e a abertura dos portos, em 1808, criaram um clima geral de otimismo" (13).

Tais fatores seriam: a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as Guerras Napoleônicas, o Bloqueio Continental, o Contra-Bloqueio Marítimo e a Desorganização do Império Espanhol na América.

De uma forma geral, não acompanhamos a interpretação do autor, que considera estas condições fatores conjunturais. Na verdade, são todos eles manifestações de profundas transformações estruturais que se operavam na passagem da fase de acumulação primitiva para a sociedade industrial, da emergência ds revoluções burguesas, da crise do sistema colonial. Neste passo, acompanhamos as interpretações de Caio Prado Júnior, para o qual a primeira metade do século XVIII foi uma fase de penúria para a agricultura brasileira, que sofreu modificações intensas na última parte deste mesmo século (14).

O resultado de uma tal farta conjugação de condições somente poderia ser uma *euforia efetiva,* como realmente, acreditamos aconteceu. De fato, Celso Furtado considera o ponto máximo da rentabilidade da colônia o ano de 1760, quanto a exportação atingiu a casa dos 5 milhões de esterlinos, menosprezando os poucos mais de 4 milhões atingidos no final do século XVIII. Desconsidera, entretanto, que a maior parte dos 5 milhões de esterlinos registrados pela exportação correspondiam ao ouro que saia para o exterior e que pouco riqueza produtiva deixava na Colônia. A outra parte era dada pelas exportações de açúcar, cuja renda ficava concentrada nas mãos de um número reduzido de grandes plantadores. Reversamente, se a renda gerada pelas exportações coloniais eram de apenas 4 milhões

(13) — Celso FURTADO, *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, 1963, p. 112.

(14) — Caio PRADO JUNIOR — *História econômica do Brasil*. São Paulo, p. 81.

de esterlinos no final do século XVIII, traduziam-se em distribuição mais efetiva, pois não havia mais exportação de ouro, o açúcar perdera sua preponderância absoluta e numerosos produtos haviam entrado na pauta de exportação, determinando uma distribuição mais efetiva da renda que, necessariamente, teria que transformar o potencial de crescimento da Colônia, significando um crescimento mais intenso para dentro. Não é sem razão que neste momento a conjuntura econômica da Colônia descola-se da conjuntura metropolitana. Enquanto em Portugal os preços tendem a baixar a partir de 1807-10, indicando uma tendência recessiva no conjunto da economia, no Brasil, os preços continuam sua marcha ascendente até 1822-1824 (15).

Nestes termos, temos uma *euforia efetiva*, porque decorrente de mudanças estruturais no quadro do sistema, tanto em seus polos centrais, quanto coloniais. Na Colônia, pode-se dizer, temos o início da formação da economia nacional, com uma dinâmica própria, com um certo padrão de articulação, para cuja formação muito contribuiu a política pombalina. O Maranhão não é, portanto, exceção ao quadro econômico que define o perfil da colônia brasileira no fim da época colonial, é uma de suas manifestações mais expressivas, mas seu dinamismo econômico não é exclusivo, nem conduz à primazia entre as regiões econômicas brasileiras.

(15) — Cf. *L'Histoire Quantitative du Brésil de* 1800 *a* 1930. Paris, CNRS, 1972.